

HISTÓRIA, PENSAMENTO ECONÔMICO E A EVOLUÇÃO DA ÉTICA INDIVIDUALISTA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DAS IDEOLOGIAS ECONÔMICAS DO OCIDENTE

HISTORY, ECONOMIC THOUGHT AND THE EVOLUTION OF INDIVIDUALIST ETHICS: A HISTORICAL-CRITICAL ANALYSIS OF WESTERN ECONOMIC IDEOLOGIES

Amós Alves Santos

Faculdade do Amazonas, Brasil

Beckembauer Silva Rodrigues

Faculdade do Amazonas, Brasil

Elaine Silva Rodrigues

Faculdade do Amazonas, Brasil

Maria Lourdes do Nascimento Dantas

Faculdade do Amazonas, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i1.540>

Publicado em: 31.01.2026

Resumo: O presente artigo analisa a evolução do pensamento econômico ocidental a partir de sua relação intrínseca com as concepções éticas, políticas e sociais que moldaram as diferentes formações históricas. Com base na obra *História do Pensamento Econômico e a Evolução da Ética Individualista*, de Maria Lourdes Dantas, discute-se a contribuição dos pensadores da Antiguidade Clássica, a influência da Igreja na Idade Média, a emergência do capitalismo e do liberalismo, bem como as críticas socialistas e as reformulações promovidas pela teoria keynesiana. A análise demonstra que as ideias econômicas, longe de serem neutras, refletem disputas de poder e projetos de sociedade, revelando permanências históricas nas desigualdades sociais e nos conflitos entre capital e trabalho.

Palavras-chave: pensamento econômico; ética individualista; história econômica; liberalismo; capitalismo.

Abstract: This article analyzes the evolution of Western economic thought from its intrinsic relationship with the ethical, political, and social conceptions that shaped different historical formations. Based on Maria Lourdes Dantas's work, *History of Economic Thought and the Evolution of Individualistic Ethics*, it discusses the contribution of thinkers from Classical Antiquity, the influence of the Church in the Middle Ages, the emergence of capitalism and liberalism, as well as socialist critiques and reformulations promoted by Keynesian theory. The analysis demonstrates that economic ideas, far from being neutral, reflect power struggles and societal projects, revealing historical continuities in social inequalities and conflicts between capital and labor.

Keywords: economic thought; individualistic ethics; economic history; liberalism; capitalism.



1 Introdução

A história do pensamento econômico constitui instrumento fundamental para a compreensão das transformações sociais e políticas da humanidade. As ideias econômicas não surgem de forma isolada, mas refletem valores éticos, concepções filosóficas e interesses de classes dominantes em cada período histórico (DANTAS, 2025). Desde a Antiguidade, a organização econômica esteve associada à moral, à política e à noção de justiça social.

Segundo Dennis (1980), a economia sempre foi compreendida como parte da organização social, sendo impossível dissociá-la das estruturas de poder e das concepções de bem comum. Huberman (1986) reforça que as transformações econômicas decorrem de conflitos históricos e não de uma evolução linear e harmônica.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar criticamente a evolução do pensamento econômico e da ética individualista, destacando suas permanências, rupturas e contradições ao longo da história.

2 O pensamento econômico na Antiguidade Clássica

A Antiguidade Clássica, com destaque para a civilização grega, representa o marco inaugural das reflexões sistematizadas sobre a organização econômica no Ocidente. Ainda que não existisse, naquele período, uma ciência econômica autônoma nos moldes contemporâneos, temas fundamentais como propriedade, moeda, produção, trabalho e distribuição da riqueza já eram amplamente discutidos no campo da filosofia e da política, estando profundamente associados às concepções éticas e à ideia de bem comum (DANTAS, 2025).

Nesse contexto, a economia não era compreendida como um fim em si mesma, mas como um instrumento subordinado à organização da *polis* e à manutenção da harmonia social. Dennis (1980) sustenta que, para os gregos, a vida econômica constituía uma extensão da vida familiar e comunitária, sendo orientada por valores morais e políticos que buscavam assegurar a coesão social e o equilíbrio entre os cidadãos. Assim, a atividade econômica deveria atender às necessidades coletivas e não aos interesses individuais desmedidos.

A introdução da moeda e a intensificação das trocas comerciais, contudo, provocaram mudanças significativas na estrutura social grega. Segundo Hunt (1999), o desenvolvimento do comércio favoreceu o surgimento de novas desigualdades sociais, permitindo a acumulação de riqueza por determinados grupos e gerando tensões entre riqueza material e justiça social. Essas transformações despertaram reflexões críticas entre os filósofos, que passaram a questionar os efeitos morais e políticos da busca pelo enriquecimento.

Dantas (2025) ressalta que esse processo evidenciou uma contradição central da sociedade grega: ao mesmo tempo em que o comércio impulsionava o crescimento econômico, também fragilizava os valores tradicionais da *polis*, abrindo espaço para a corrupção, o individualismo e o

enfraquecimento da solidariedade comunitária. A riqueza monetária passou a competir com a lei e com a justiça, alterando a percepção dos cidadãos acerca da legitimidade das normas sociais.

Huberman (1986) observa que tais mudanças contribuíram para a formação de um pensamento crítico sobre a economia, no qual a acumulação de bens passou a ser vista com desconfiança, especialmente quando desvinculada de critérios éticos. A preocupação com os impactos sociais da riqueza revela que, desde a Antiguidade, a economia era analisada não apenas sob o prisma material, mas também sob suas consequências morais e políticas.

Dessa forma, o pensamento econômico na Antiguidade Clássica estabelece as bases para debates que permanecem atuais, como a relação entre economia e ética, o papel do Estado na regulação das atividades econômicas e os limites da acumulação de riqueza em uma sociedade que busca justiça e equilíbrio social.

2.1 Sócrates e a ética do conhecimento

Sócrates inaugurou uma concepção ética fundamentada na racionalidade, no autoconhecimento e na busca incessante pela verdade, exercendo influência decisiva não apenas sobre a filosofia moral, mas também sobre a forma como as relações sociais e econômicas passaram a ser compreendidas ao longo da história. Para o filósofo, a virtude estava diretamente associada ao conhecimento, de modo que o erro, a injustiça e a corrupção resultariam da ignorância humana, e não de uma disposição natural para o mal (DANTAS, 2025).

Nesse sentido, a ética socrática rompeu com as explicações cosmológicas predominantes até então, deslocando o eixo da reflexão filosófica para o homem e para sua conduta na vida em sociedade. Dennis (1980) destaca que Sócrates foi responsável por estabelecer as bases da reflexão moral e política ao afirmar que o conhecimento verdadeiro conduz necessariamente à ação justa, tornando a educação moral um elemento central para a organização social equilibrada.

A preocupação socrática com a formação ética dos indivíduos teve impactos profundos na compreensão da vida coletiva. Hunt (1999) observa que essa ética racional influenciou a concepção de que uma sociedade justa depende, fundamentalmente, da formação moral de seus cidadãos, e não apenas da imposição de leis ou da força coercitiva do Estado. Assim, a justiça social seria consequência direta do aprimoramento moral dos indivíduos que compõem a *polis*.

Nesse sentido ressalta Dantas (2025) que, ao defender a supremacia da razão sobre as paixões e os interesses individuais, Sócrates estabeleceu um limite ético para as práticas econômicas, ainda que não tenha formulado uma teoria econômica propriamente dita. A atividade econômica, nesse contexto, deveria estar subordinada a princípios morais, sendo inadmissível quando orientada exclusivamente pela ambição, pela ganância ou pelo desejo desmedido de riqueza.

Conforme Huberman (1986) reforça que, a herança socrática contribuiu para a consolidação de uma tradição crítica em relação à acumulação material desvinculada da ética,

influenciando posteriormente os pensamentos de Platão e Aristóteles. A economia, portanto, passou a ser concebida como uma prática social que deve servir ao bem comum e à realização humana, e não como um fim em si mesma.

Dessa forma, embora Sócrates não tenha elaborado uma doutrina econômica sistematizada, sua contribuição foi fundamental para a compreensão da economia como uma prática necessariamente subordinada à ética, à justiça e à racionalidade, princípios que continuam a fundamentar debates contemporâneos sobre moralidade, política e organização econômica.

2.2 Platão e a concepção da cidade ideal

Platão desenvolveu uma das mais influentes e sistemáticas teorias sobre justiça social, organização política e ordenamento econômico da Antiguidade. Em *A República*, o filósofo propôs um modelo de sociedade estruturado segundo funções específicas, no qual cada indivíduo deveria exercer a atividade para a qual possuísse maior aptidão, garantindo, assim, a harmonia social e a realização do bem coletivo. Nesse modelo, o interesse comum deveria prevalecer sobre os interesses individuais, sendo a justiça compreendida como o adequado desempenho das funções sociais por cada membro da *polis* (DANTAS, 2025).

A concepção platônica parte do pressuposto de que a desigualdade social decorre, em grande medida, da má organização da cidade e da busca desmedida por riqueza. Segundo Hunt (1999), Platão identificava a acumulação excessiva de bens materiais como fator de corrupção moral, capaz de desagregar o tecido social e comprometer a justiça. A riqueza, quando concentrada em poucos indivíduos, enfraqueceria os valores éticos e estimularia conflitos internos, ameaçando a estabilidade da cidade.

Nesse sentido, Platão defendia a necessidade de um Estado forte e regulador, responsável por ordenar a vida econômica e social. Dennis (1980) ressalta que, para o filósofo, caberia ao Estado estabelecer limites à propriedade e à acumulação de riqueza, de modo a preservar a harmonia coletiva e impedir que interesses particulares se sobrepusessem ao bem comum. Tal concepção atribui à autoridade política um papel central na organização econômica, antecipando debates contemporâneos sobre intervenção estatal.

Dantas (2025) observa que a divisão do trabalho proposta por Platão não visava apenas à eficiência econômica, mas, sobretudo, à preservação da justiça social. Ao atribuir funções conforme as aptidões naturais, o filósofo buscava evitar a desordem social e a competição desmedida, consideradas fontes de corrupção e instabilidade. A economia, nesse contexto, deveria servir à manutenção da ordem e da virtude, e não à satisfação de ambições individuais.

Embora apresente um caráter marcadamente idealista e, em muitos aspectos, utópico, a concepção platônica introduziu reflexões fundamentais sobre desigualdade social, divisão do trabalho e o papel do Estado na economia. Como destaca Huberman (1986), as críticas platônicas à concentração de riqueza e à ganância permanecem relevantes, pois revelam que os dilemas econômicos contemporâneos possuem raízes históricas profundas.

Dessa forma, a teoria da cidade ideal de Platão constitui um marco na história do pensamento econômico e político, ao articular ética, economia e política em um projeto de sociedade orientado pela justiça e pelo bem comum, oferecendo subsídios teóricos que continuam a influenciar reflexões críticas sobre a organização econômica das sociedades modernas.

2.3 Aristóteles e a economia como ciência prática

Aristóteles apresentou uma abordagem significativamente mais realista e pragmática da economia quando comparada à de seu mestre Platão, tratando-a como uma ciência prática diretamente vinculada à vida concreta dos indivíduos e à organização da cidade. Para o filósofo, a economia não poderia ser dissociada da finalidade humana, devendo atender às necessidades materiais da vida e contribuir para a realização da felicidade coletiva, compreendida como o pleno desenvolvimento das potencialidades racionais do ser humano (DANTAS, 2025).

Diferentemente das concepções que rejeitavam completamente a propriedade privada, Aristóteles reconhecia sua importância como elemento de estabilidade social e de segurança para a família. No entanto, essa aceitação não implicava a legitimação irrestrita do acúmulo de riquezas. Dennis (1980) destaca que o filósofo estabeleceu uma distinção fundamental entre a economia natural, orientada à subsistência e à satisfação das necessidades básicas, e a crematística, voltada à obtenção de lucro excessivo e considerada moralmente condenável.

Essa diferenciação revela a preocupação aristotélica com os limites éticos da atividade econômica. Segundo Hunt (1999), Aristóteles condenava práticas como a usura e o comércio puramente especulativo, por entender que tais atividades produziam riqueza desvinculada do trabalho e da produção real, gerando desigualdades e comprometendo a justiça social. A moeda, em sua concepção, deveria servir como meio de troca e não como instrumento de acumulação ilimitada.

Dantas (2025) ressalta que, para Aristóteles, a distribuição da riqueza deveria ocorrer de forma proporcional, considerando o mérito e a contribuição de cada indivíduo para a vida da *polis*. Nesse contexto, caberia ao Estado exercer papel mediador, garantindo o equilíbrio social e evitando tanto a extrema pobreza quanto a concentração excessiva de riqueza, ambas vistas como ameaças à estabilidade política.

Huberman (1986) observa que a crítica aristotélica ao enriquecimento desmedido permanece atual, uma vez que antecipa debates contemporâneos sobre função social da propriedade, justiça distributiva e responsabilidade do Estado na regulação econômica. Ao defender a moderação e a racionalidade na vida econômica, Aristóteles reafirma a centralidade da ética como elemento orientador das práticas econômicas.

Dessa forma, a economia, na perspectiva aristotélica, não se reduz a um conjunto de técnicas para geração de riqueza, mas constitui uma dimensão da vida social subordinada à ética e à política. A atualidade de sua teoria reside justamente na crítica à mercantilização excessiva

da vida humana e na defesa de uma economia orientada ao bem comum e à realização plena do homem em sociedade.

3 A ideologia econômica da Idade Média

Com o declínio do mundo clássico e a fragmentação do Império Romano, a organização econômica da Europa Ocidental passou por profundas transformações estruturais. A economia medieval foi marcada pela descentralização política, pela ruralização da produção e pela consolidação da hegemonia da Igreja como principal instituição reguladora da vida social, moral e econômica. Nesse contexto, estruturou-se o sistema feudal, baseado em uma rígida hierarquia social e na exploração do trabalho servil, legitimada por uma ética religiosa de caráter paternalista, que atribuía fundamento divino à ordem social vigente (DANTAS, 2025).

A produção econômica medieval limitava-se, em grande medida, à subsistência, com reduzida circulação monetária e baixo desenvolvimento das trocas comerciais. Segundo Chacon (1992), essa estrutura econômica contribuiu para a manutenção de profundas desigualdades sociais, concentrando a riqueza nas mãos da nobreza e do clero, enquanto a maioria da população vivia em condições de extrema precariedade.

Nesse cenário, a Igreja desempenhou papel central não apenas na vida espiritual, mas também na regulação das práticas econômicas, exercendo forte controle moral sobre a sociedade. Como destaca Huberman ao analisar a condenação medieval da usura:

Emprestar a juros, dizia ela, era usura, e a usura era PECADO. [...] Um pronunciamento que ameaçasse com a danação eterna aqueles que o violavam, tinha particular importância. Na época feudal, a influência da Igreja sobre o espírito do povo era muito maior do que hoje. (HUBERMAN, 1986, p. 46).

A moral cristã medieval não admitia a separação entre atividade econômica e vida espiritual. O mesmo autor esclarece que:

A Igreja ensinava que havia o certo e o errado em todas as atividades do homem. O padrão do que era certo ou errado na atividade religiosa não diferia das demais atividades sociais ou, mais importante ainda, do padrão das atividades econômicas. (HUBERMAN, 1986, p. 47).

Essa subordinação integral da economia à moral religiosa demonstra que o pensamento econômico medieval não reconhecia autonomia ao mercado, diferentemente do que ocorreria nos períodos posteriores. Nesse sentido, Hunt observa que a Igreja constituía a instituição mais próxima de um poder central forte durante o feudalismo:

Durante a Idade Média, a Igreja Católica era, de longe, o maior proprietário de terras. [...] Esses fatores combinados fizeram da Igreja a instituição mais próxima de um governo forte e centralizado durante todo esse período. (HUNT, 2013, p. 37).

A concentração de terras e riquezas nas mãos da Igreja reforça o caráter ambíguo de sua atuação. Embora condenasse o lucro excessivo e exaltasse a pobreza como virtude cristã,

acumulava patrimônio significativo por meio do dízimo e da ampliação constante de seus domínios. Conforme relata Huberman:

À medida que a Igreja crescia enormemente em riqueza, sua economia apresentava tendências a superar sua importância espiritual. Muitos historiadores argumentam que, como senhor feudal, não era melhor e, em muitos casos, muito pior do que os feudatários leigos. (HUBERMAN, 1986, p. 24).

Essa atuação ambígua revela uma contradição estrutural da ideologia econômica medieval: a condenação moral do enriquecimento coexistia com a legitimação prática da exploração feudal. A ética paternalista cristã sustentava a ideia de que a sociedade funcionava como uma grande corporação orgânica, na qual cada indivíduo deveria aceitar o lugar que lhe fora designado por Deus, naturalizando, assim, as desigualdades sociais (DANTAS, 2025).

A própria noção de “justo preço” evidencia essa lógica moralizante da economia. Huberman demonstra que a autoridade municipal e religiosa fiscalizava o mercado para impedir lucros considerados excessivos: “Fiscalizarei para que toda sorte de mercadorias que venham a este mercado seja boas e integrais, e vendidas por preço razoável.” (HUBERMAN, 1986, p. 70).

Portanto, a economia medieval não era concebida como esfera independente da vida social. As atividades produtivas estavam subordinadas aos costumes, à autoridade feudal e aos ensinamentos da Igreja, que regulavam inclusive as práticas comerciais e financeiras. Como reforça Huberman, a cobrança de juros era vista como venda ilegítima do tempo, pois “o tempo pertence a Deus, e ninguém tinha o direito de vendê-lo” (HUBERMAN, 1986, p. 48).

Apesar dessas restrições morais, o crescimento gradual das cidades, o fortalecimento das guildas e a ampliação do comércio começaram a tensionar a ideologia econômica medieval, abrindo espaço para transformações que se consolidariam nos períodos seguintes. Ainda assim, a economia permaneceu formalmente subordinada à moral cristã e à ideia de ordem divina, mesmo quando, na prática, servia para legitimar privilégios, desigualdades e relações de dominação social profundamente enraizadas.

4Renascimento, Reforma e a transição ao capitalismo

O Renascimento cultural e a Reforma Protestante constituíram momentos decisivos de ruptura com a ordem medieval, promovendo profundas transformações na ética econômica e na organização social do Ocidente. Esse período marcou o enfraquecimento da hegemonia da Igreja Católica e a valorização progressiva do indivíduo, da razão e do trabalho, fatores que contribuíram diretamente para a emergência da ética individualista e para a transição em direção ao capitalismo moderno (DANTAS, 2025).

O Renascimento caracterizou-se pelo resgate do pensamento clássico greco-romano e pela valorização das ciências, das artes e do conhecimento racional. Esse movimento favoreceu o desenvolvimento do comércio, das cidades e das atividades produtivas, rompendo gradativamente

com a visão teológica que predominava na Idade Média. Conforme destaca a autora da obra-base:

O Renascimento representou uma profunda transformação na maneira de pensar do homem europeu, que passou a valorizar o conhecimento científico, a razão e o indivíduo, rompendo com a visão medieval de mundo centrada exclusivamente na fé e na submissão à ordem divina, o que possibilitou novas formas de organização econômica e social. (DANTAS, 2025, p. 68).

Nesse novo contexto, a economia começou a se desvincular progressivamente da moral religiosa medieval, adquirindo maior autonomia em relação às normas eclesiásticas. A expansão das cidades italianas e do comércio internacional favoreceu o fortalecimento da burguesia mercantil. Como observa Huberman ao analisar a transformação econômica do período: “O desenvolvimento do comércio e o crescimento das cidades criaram uma nova classe social, cuja riqueza não dependia da posse da terra, mas do dinheiro e das atividades mercantis.” (HUBERMAN, 1986, p. 83).

Essa mudança estrutural enfraqueceu a base econômica do feudalismo e ampliou o espaço para novas formas de organização produtiva. Dennis (1980) também destaca que o resgate das obras clássicas impulsionou o espírito crítico e a valorização da iniciativa individual, criando um ambiente favorável à expansão das atividades comerciais e ao acúmulo de capital (DENNIS, 1980, p. 112).

Paralelamente, a Reforma Protestante desempenhou papel fundamental na redefinição da ética econômica. Ao questionar a autoridade da Igreja e condenar práticas como a venda de indulgências, o protestantismo promoveu uma nova interpretação da relação entre trabalho, riqueza e moralidade. Sobre esse aspecto, Dantas (2025) assinala:

A Reforma Protestante contribuiu de forma decisiva para a legitimação do enriquecimento individual, ao associar o trabalho, a disciplina e o sucesso econômico a valores morais positivos, rompendo com a concepção medieval que via a riqueza como pecado e exaltava a pobreza como virtude espiritual. (DANTAS, 2025, p. 74).

Essa nova ética rompeu com a condenação medieval do lucro. Conforme explica Huberman:

A moderna noção de que qualquer transação comercial é lícita desde que seja possível realizá-la não fazia parte do pensamento medieval. O homem de negócios bem sucedido de hoje [...] teria sido duas vezes excomungado na Idade Média. (HUBERMAN, 1986, p. 48).

A comparação evidencia o contraste entre a moral medieval e a ética emergente da modernidade, que passou a interpretar a prosperidade econômica como resultado do mérito pessoal e da dedicação ao trabalho. Hunt reforça que essa transformação intelectual foi decisiva para o nascimento do capitalismo moderno:

A emergência do capitalismo exigiu não apenas mudanças institucionais, mas também uma profunda transformação na maneira como as pessoas concebiam o lucro, o trabalho e o interesse individual. (HUNT, 2013, p. 52).

O trabalho deixou de ser compreendido como punição ou simples dever religioso e passou a ser visto como meio legítimo de ascensão social e realização pessoal. Dantas (2025) destaca que essas transformações éticas e culturais criaram as bases ideológicas do capitalismo moderno, ao legitimar a propriedade privada, a livre iniciativa e a acumulação de riqueza (DANTAS, 2025, p. 79).

Ainda que tenham gerado novas tensões sociais e aprofundado desigualdades, o Renascimento e a Reforma foram fundamentais para a consolidação de uma nova ordem econômica. A racionalização das atividades produtivas, a expansão dos mercados e a valorização do indivíduo inauguraram uma etapa histórica na qual a economia passou a adquirir autonomia crescente em relação à moral religiosa tradicional.

Dessa forma, esses movimentos históricos não apenas alteraram profundamente a visão de mundo do homem europeu, mas também inauguraram uma nova etapa da história econômica, marcada pela centralidade do indivíduo, pela racionalização das atividades produtivas e pela progressiva autonomização da economia em relação à moral religiosa, preparando o terreno para a consolidação do capitalismo nos séculos seguintes.

5 Mercantilismo e Estado moderno

O mercantilismo representou a primeira formulação sistemática da economia capitalista em formação, emergindo entre os séculos XV e XVII como resposta às transformações políticas, sociais e econômicas que marcaram a transição da Idade Média para a Modernidade. Essa doutrina econômica defendia a acumulação de metais preciosos como principal forma de riqueza nacional e atribuía ao Estado um papel central na organização e no controle da atividade econômica, por meio de políticas intervencionistas, protecionistas e expansionistas (DANTAS, 2025, p. 92).

No contexto do Estado moderno, o mercantilismo consolidou a associação entre poder político e poder econômico. Dennis (1980) afirma que, para os mercantilistas, a riqueza de uma nação estava diretamente ligada à sua capacidade de acumular ouro e prata, financiar exércitos e expandir seus domínios territoriais (DENNIS, 1980, p. 148). Nesse sentido, o fortalecimento do Estado era condição indispensável para garantir a ordem interna, proteger o comércio e viabilizar a expansão colonial. Oser e Blanchfield (1983) reforçam que a centralização do poder político foi fundamental para a implementação das políticas mercantilistas e para o controle das atividades comerciais e produtivas (OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 121).

A obra-base destaca que o mercantilismo não se limitou a uma teoria econômica, mas constituiu uma verdadeira ideologia de Estado, na qual a economia passou a ser instrumentalizada em favor dos interesses políticos e militares. Conforme observa Dantas (2025):

O mercantilismo consolidou a ideia de que a riqueza de uma nação dependia diretamente da ação do Estado, que deveria intervir na economia para estimular as exportações, restringir as importações e assegurar o acúmulo de metais preciosos, considerados sinônimo de poder e soberania nacional. (DANTAS, 2025, p. 95).

Huberman também demonstra que a expansão comercial europeia esteve diretamente vinculada à busca por metais preciosos e mercados coloniais: “A descoberta de novas terras e a expansão ultramarina abriram imensas possibilidades de comércio e acumulação de riquezas, fortalecendo os Estados nacionais e a burguesia mercantil.” (HUBERMAN, 1986, p. 109).

Nesse modelo, o Estado assumia funções reguladoras e coercitivas, estabelecendo monopólios, concedendo privilégios comerciais e controlando rigorosamente a circulação de mercadorias e capitais. Embora tais medidas tenham impulsionado o crescimento econômico e o desenvolvimento do comércio internacional, seus benefícios concentraram-se nas mãos de grupos específicos, como a burguesia mercantil e a nobreza aliada ao poder estatal.

Dantas (2025) ressalta que o mercantilismo aprofundou desigualdades sociais ao favorecer a exploração colonial e a intensificação do trabalho, especialmente das camadas populares e dos povos submetidos à dominação europeia. Sobre esse aspecto, a autora afirma:

Apesar de promover o crescimento econômico e o fortalecimento dos Estados nacionais, o mercantilismo contribuiu para a intensificação das desigualdades sociais, ao concentrar riqueza e poder nas mãos de poucos e ao legitimar práticas de exploração tanto no interior das nações quanto nas colônias. (DANTAS, 2025, p. 98).

Assim, embora o mercantilismo tenha desempenhado papel fundamental na consolidação do Estado moderno e na expansão do capitalismo nascente, também revelou contradições estruturais que marcaram profundamente a história econômica. Ao mesmo tempo em que estimulou a produção e o comércio, reforçou mecanismos de dominação, exploração social e desigualdade, cujos efeitos se estenderam para além do período mercantilista e influenciaram as etapas posteriores do desenvolvimento capitalista.

6 Liberalismo clássico e ética individualista

O liberalismo clássico consolidou de forma decisiva a ética individualista ao defender princípios como a liberdade econômica, a propriedade privada e a mínima intervenção do Estado nas relações de mercado. Fundamentado na crença de que o livre funcionamento das forças econômicas seria capaz de promover o equilíbrio social, esse modelo tornou-se hegemônico a partir dos séculos XVIII e XIX, impulsionando a Revolução Industrial e o avanço tecnológico, ao mesmo tempo em que redefiniu profundamente as relações entre Estado, economia e sociedade (DANTAS, 2025, p. 112).

A consolidação do liberalismo promoveu um significativo aumento da produtividade e da capacidade industrial, favorecendo a acumulação de capital e o crescimento econômico. Contudo, esse processo não ocorreu de forma equilibrada. Hunt observa que o liberalismo esteve associado a profundas desigualdades sociais: “O crescimento do capitalismo industrial não eliminou a pobreza; ao contrário, criou novas formas de desigualdade e intensificou os conflitos entre capital e trabalho.” (HUNT, 2013, p. 142).

Paralelamente ao desenvolvimento produtivo, o liberalismo aprofundou a desigualdade entre capital e trabalho, ao submeter a força de trabalho às leis do mercado, especialmente à lógica da oferta e da demanda, o que resultou em salários reduzidos e condições precárias de vida para grande parte da classe trabalhadora (HUNT, 2013, p. 145).

Huberman ressalta que a exploração da mão de obra assalariada tornou-se elemento central do sistema liberal: “A Revolução Industrial significou não apenas progresso técnico, mas também jornadas exaustivas, baixos salários e condições de trabalho extremamente duras para os operários.” (HUBERMAN, 1986, p. 170). A promessa liberal de progresso e prosperidade para todos mostrou-se limitada, uma vez que os benefícios do crescimento econômico se concentraram majoritariamente nas mãos da burguesia industrial, enquanto os trabalhadores enfrentavam jornadas exaustivas e ausência de proteção social.

A obra-base destaca que a ética individualista liberal rompeu definitivamente com as concepções morais anteriores, ao legitimar a busca pelo interesse próprio como motor do desenvolvimento econômico. Sobre esse aspecto, Dantas (2025) afirma:

O liberalismo clássico consolidou uma nova ética econômica baseada no individualismo, ao afirmar que a liberdade de iniciativa e a busca pelo interesse próprio seriam suficientes para promover o progresso social, ainda que, na prática, esse modelo tenha intensificado as desigualdades e os conflitos entre capital e trabalho. (DANTAS, 2025, p. 118).

Dantas (2025) observa que essas contradições estruturais do liberalismo estimularam o surgimento de críticas e de alternativas teóricas, especialmente aquelas voltadas à defesa de maior intervenção estatal e à proteção social dos trabalhadores (DANTAS, 2025, p. 121). O ideal de um mercado autorregulado mostrou-se incapaz de responder adequadamente às crises econômicas e às tensões sociais produzidas pelo próprio sistema.

Assim, embora o liberalismo clássico tenha desempenhado papel fundamental no desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade moderna, também revelou limites significativos ao priorizar o individualismo econômico em detrimento da justiça social. Essas contradições explicam o surgimento de novas correntes de pensamento econômico que buscaram reformular ou superar os pressupostos liberais.

7 Socialismo e crítica ao capitalismo

O socialismo emergiu historicamente como reação direta às profundas desigualdades produzidas pelo capitalismo industrial, sobretudo a partir do século XIX. O acelerado processo de industrialização, aliado à consolidação da ética individualista liberal, intensificou a exploração da força de trabalho e aprofundou a concentração de riqueza, gerando um cenário de exclusão social e conflitos entre classes. Nesse contexto, Karl Marx desenvolveu uma análise crítica da economia capitalista, fundamentada na luta de classes e na exploração do trabalho assalariado como elementos estruturantes do sistema (DANTAS, 2025, p. 132).

A crítica socialista rompeu com a concepção liberal de que o mercado seria capaz de promover justiça social de forma espontânea. Hunt observa que o marxismo introduziu uma nova leitura da dinâmica econômica ao enfatizar as relações sociais de produção: “Para Marx, o capitalismo não é simplesmente um sistema de trocas, mas uma forma histórica específica de organização da produção baseada na exploração do trabalho assalariado.” (HUNT, 2013, p. 189).

Segundo o autor, as relações de mercado tendem a reproduzir desigualdades, uma vez que a apropriação privada dos meios de produção permite a acumulação de riqueza por uma classe dominante em detrimento da maioria trabalhadora (HUNT, 2013, p. 193). Essa interpretação introduziu uma nova forma de compreender a economia, baseada nas relações sociais de produção e não apenas nas trocas mercantis.

A obra-base destaca que Marx identificou no capitalismo contradições internas que levariam, em tese, à sua superação histórica. Sobre esse ponto, Dantas (2025) afirma:

A análise marxista do capitalismo revelou que a exploração do trabalho assalariado constitui o núcleo das desigualdades sociais, uma vez que o valor produzido pelo trabalhador é apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia, gerando um sistema estruturalmente injusto e marcado por conflitos permanentes entre as classes sociais. (DANTAS, 2025, p. 138).

Huberman também reconhece que a Revolução Industrial evidenciou as tensões apontadas por Marx:

As condições de vida nas cidades industriais eram extremamente duras; a concentração de operários em fábricas, submetidos a longas jornadas e baixos salários, gerou uma nova consciência de classe e movimentos de protesto. (HUBERMAN, 1986, p. 176).

Embora o capitalismo não tenha entrado em colapso conforme previsto por Marx, suas contradições permanecem evidentes, manifestando-se em crises econômicas recorrentes e desemprego estrutural. Como observa Hunt: “As crises periódicas do capitalismo não são acidentes, mas parte integrante de sua dinâmica interna.” (HUNT, 2013, p. 205).

Dantas (2025) ressalta que as experiências socialistas do século XX evidenciaram limites práticos e dificuldades de implementação, especialmente no que se refere à centralização excessiva do poder e à ineficiência econômica em determinados contextos históricos. Ainda assim, tais experiências exerceram influência significativa sobre as políticas econômicas e sociais adotadas por diversos países:

As experiências socialistas, embora tenham enfrentado sérios desafios práticos e institucionais, contribuíram para a formulação de políticas sociais e trabalhistas, pressionando o capitalismo a incorporar mecanismos de proteção social e a reconhecer a necessidade de intervenção estatal para mitigar desigualdades. (DANTAS, 2025, p. 144).

Nesse sentido, o socialismo não apenas representou uma crítica teórica ao capitalismo, mas também desempenhou papel relevante na transformação das práticas econômicas e das políticas públicas ao longo do século XX. A incorporação de direitos trabalhistas, a ampliação da

proteção social e a intervenção do Estado na economia refletem, em grande medida, a influência das críticas socialistas sobre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Assim, embora não tenha substituído o sistema capitalista em escala global, o socialismo contribuiu para revelar suas limitações estruturais e para impulsionar reformas que redefiniram as relações entre Estado, mercado e sociedade, mantendo-se como referência central no debate econômico e social atual.

8 Keynesianismo e economia contemporânea

A teoria de John Maynard Keynes representou uma inflexão significativa no pensamento econômico ao reformular os pressupostos do liberalismo clássico. Ao contrário da crença na autorregulação dos mercados, Keynes defendeu a necessidade de intervenção estatal como instrumento essencial para corrigir crises econômicas, estimular a demanda agregada e promover o emprego, sobretudo em períodos de recessão (DANTAS, 2025, p. 156).

O keynesianismo introduziu uma nova concepção do papel do Estado na economia, atribuindo-lhe responsabilidade direta pela estabilidade econômica e pelo bem-estar social. Segundo Oser e Blanchfield: “A teoria keynesiana forneceu fundamentos intelectuais para políticas de intervenção governamental destinadas a assegurar o pleno emprego e a estabilizar os ciclos econômicos.” (OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 247).

Essa abordagem contribuiu decisivamente para o surgimento do Estado de bem-estar social, especialmente nos países centrais do capitalismo, ao legitimar políticas públicas voltadas à proteção social, ao pleno emprego e à redução das desigualdades.

A obra-base destaca que a proposta keynesiana representou uma tentativa de conciliar crescimento econômico e justiça social dentro do próprio sistema capitalista. Sobre esse aspecto, Dantas (2025) afirma:

A teoria keynesiana rompeu com o dogma liberal da não intervenção estatal, ao reconhecer que o mercado, por si só, é incapaz de garantir o equilíbrio econômico e o pleno emprego, sendo necessária a atuação do Estado como agente regulador e promotor do desenvolvimento social. (DANTAS, 2025, p. 160).

Apesar das contribuições do keynesianismo, o capitalismo contemporâneo continuou a apresentar instabilidades estruturais. Hunt observa que, mesmo com forte intervenção estatal, crises e desigualdades persistem: “As economias capitalistas modernas continuam sujeitas a flutuações, crises e níveis significativos de desemprego, apesar das políticas de intervenção.” (HUNT, 2013, p. 312).

Dantas (2025) ressalta que, com o avanço da globalização, esses desafios tornaram-se ainda mais complexos:

A globalização intensificou as contradições do capitalismo contemporâneo, ao ampliar a integração dos mercados e, simultaneamente, aprofundar desigualdades sociais, exigindo novas reflexões sobre ética econômica, justiça social e o papel do Estado em um cenário globalizado.”(DANTAS, 2025, p. 168).

Nesse contexto, a economia contemporânea passou a enfrentar desafios que extrapolam as fronteiras nacionais, como a mobilidade do capital, a precarização do trabalho e a redução da capacidade regulatória dos Estados. Embora o keynesianismo tenha contribuído para mitigar crises e promover avanços sociais em determinados períodos, suas limitações tornaram-se evidentes diante das transformações impostas pela globalização e pelas novas dinâmicas do capitalismo financeiro.

Assim, a análise do keynesianismo e da economia contemporânea revela a permanência de tensões entre crescimento econômico, estabilidade social e justiça distributiva, reforçando a necessidade de repensar os fundamentos éticos e políticos que orientam a organização econômica no mundo atual.

9 Discussão

A análise histórica desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que as ideologias econômicas não são neutras nem universais, mas refletem projetos de poder, interesses de classe e concepções éticas próprias de cada contexto histórico. A economia, portanto, deve ser compreendida como uma construção social e política, cujas teorias expressam disputas em torno da organização da produção, da distribuição da riqueza e da legitimidade das desigualdades sociais (DANTAS, 2025, p. 172).

Nesse sentido, a consolidação da ética individualista, especialmente a partir do liberalismo clássico, promoveu importantes avanços tecnológicos e produtivos, mas também contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais. A valorização do interesse individual como motor do desenvolvimento econômico mostrou-se incapaz de garantir justiça social de forma equitativa, revelando limites estruturais do sistema capitalista. Sobre essa contradição, a autora destaca:

A ética individualista consolidada pelo capitalismo moderno promoveu o crescimento econômico e a inovação tecnológica, mas também intensificou desigualdades sociais profundas, ao priorizar a acumulação privada de riqueza em detrimento do bem-estar coletivo e da justiça social.” (DANTAS, 2025, p. 175).

Dennis ressalta que a economia não pode ser analisada fora de seu contexto histórico, uma vez que suas teorias refletem as condições materiais e as relações sociais de cada época (DENNIS, 1980, p. 23). Essa perspectiva reforça a ideia de que as formulações econômicas estão intrinsecamente vinculadas às estruturas sociais que as produzem.

Huberman reforça que a permanência de crises econômicas recorrentes revela limites estruturais do capitalismo, os quais não podem ser compreendidos apenas por fatores conjunturais: “As crises do sistema capitalista não são meros acidentes, mas expressam tensões inerentes à própria dinâmica de produção e acumulação.” (HUBERMAN, 1986, p. 189).

Conforme Dantas (2025) observa, essas crises não representam anomalias do sistema, mas manifestações de suas contradições internas, especialmente aquelas relacionadas à concentração de riqueza e à exploração do trabalho:

As crises econômicas recorrentes devem ser compreendidas como expressões das contradições internas do capitalismo, que, ao mesmo tempo em que promove crescimento, gera exclusão social, desemprego e instabilidade, evidenciando os limites éticos e estruturais do sistema.” (DANTAS, 2025, p. 178).

Hunt também destaca que as desigualdades e crises são elementos estruturais do capitalismo moderno: “O capitalismo contemporâneo continua marcado por desigualdades persistentes e ciclos de instabilidade que desafiam a crença em sua autorregulação plena.” HUNT, 2013, p. 318).

Dessa forma, a discussão histórica permite compreender que os dilemas econômicos contemporâneos são resultado de processos históricos longos e complexos, exigindo análises que articulem economia, ética e política.

10 Conclusão

A história do pensamento econômico demonstra que as ideias econômicas são construções históricas profundamente vinculadas a valores éticos, interesses sociais e disputas de poder. Desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade, a economia esteve associada à política, à moral e à organização social, refletindo os projetos das classes dominantes e as resistências dos grupos subalternos (DANTAS, 2025, p. 182).

Ao longo desse percurso histórico, diferentes correntes de pensamento buscaram explicar, justificar ou criticar as formas de organização econômica, revelando que não existe um modelo único ou definitivo de economia. Conforme destaca a autora da obra-base:

A evolução do pensamento econômico revela que as teorias econômicas surgem em resposta a contextos históricos específicos, refletindo valores éticos, interesses políticos e necessidades sociais, não podendo ser compreendidas como verdades absolutas ou atemporais. (DANTAS, 2025, p. 185).

Hunt reforça que o pensamento econômico evolui a partir de disputas teóricas que respondem a crises e transformações sociais: “As grandes teorias econômicas emergem em momentos de transformação histórica, quando os modelos anteriores deixam de oferecer respostas satisfatórias aos problemas econômicos e sociais.” (HUNT, 2013, p. 12).

A compreensão dessa trajetória histórica possibilita uma análise crítica dos desafios atuais enfrentados pelas sociedades contemporâneas, especialmente no que se refere à democracia, à justiça social e à economia global. Em um contexto marcado por globalização, crises recorrentes e aprofundamento das desigualdades, torna-se fundamental retomar a reflexão ética sobre os fundamentos da economia.

Nesse sentido, Dantas (2025) ressalta que o conhecimento histórico constitui ferramenta essencial para evitar a repetição de erros do passado e para a construção de alternativas mais justas:

Compreender a história do pensamento econômico permite identificar os limites e as contradições dos modelos adotados ao longo do tempo, oferecendo subsídios teóricos para a construção de propostas econômicas mais éticas, democráticas e socialmente responsáveis. (DANTAS, 2025, p. 188).

Conclui-se, portanto, que a análise histórica do pensamento econômico não apenas esclarece o passado, mas também contribui para a reflexão crítica sobre o presente e para a formulação de perspectivas futuras comprometidas com a justiça social e o bem comum.

Referências

- DANTAS, Maria Lourdes. *História do Pensamento Econômico e a Evolução da Ética Individualista*. Manaus: CIESA, 2025.
- DENNIS, H. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1980.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- OSER, J.; BLANCHFIELD, W. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- CHACON, V. *Formação do pensamento social*. Brasília: UNB, 1992.